

A. I. N ° - 269278.0503/04-0
AUTUADO - CFA COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. (ME)
AUTUANTES - JOSÉ SÍLVIO DE OLIVEIRA PINTO e SÍLVIO CHIAROT DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 26.08.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0315/01-04

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO DE MERCADORIA EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado ter sido indevido o cancelamento da inscrição estadual. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 02/05/04 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ 1.543,28, em decorrência da falta de recolhimento do imposto, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 16) e, inicialmente, explicou que, após a liberação de sua inscrição cadastral em 16/02/04, foi designado um auditor fiscal para fazer a vistoria, o qual não conseguiu localizar o estabelecimento e, em consequência, a inscrição cadastral foi cancelada. Afirmou que, ao tomar conhecimento de que estava intimado para cancelamento, fez o imediato pedido de reativação no dia 18/03/04, contudo, a inscrição foi cancelada em 12/04/04, depois de ter efetuado o pedido das mercadorias. Ao concluir, frisou que não agiu de má-fé e solicitou o arquivamento do Auto de Infração.

Outra Auditora, designada para prestar a informação fiscal (fls. 31 e 32), disse que consultou o sistema de informações da SEFAZ, por meio de funcionária da INFAZ/Lauro de Freitas [Simões Filho], tendo verificado que o autuado protocolou o pedido de reinclusão da inscrição cadastral em 18/03/04, conforme alegou a defesa, portanto, um dia após a data da intimação para cancelamento e dentro do prazo de vinte dias assegurado pelo art. 171, § 1º, do RICMS/97. Afirmou ainda que o cancelamento, ocorrido efetivamente em 08/04/04, foi indevido e opinou pela improcedência do Auto de Infração, por ter o contribuinte atendido à intimação e requerido a reinclusão da inscrição estadual no prazo legal.

VOTO

O lançamento trata da exigência de imposto decorrente da falta de seu recolhimento no momento do ingresso, no território deste Estado, de mercadorias adquiridas por contribuinte com a inscrição estadual cancelada, em razão de não ter sido o estabelecimento localizado quando da realização da vistoria fiscal.

Em 17/03/04, o autuado foi intimado para cancelamento por meio do Edital nº 10/2004 (fl. 07). A partir desta intimação, os contribuintes têm o prazo de vinte dias para regularizar a sua situação cadastral, conforme previsto no art. 171, § 1º do RICMS/97.

Segundo a auditora fiscal designada para prestar a informação fiscal, o autuado providenciou a

regularização de sua inscrição cadastral no dia 18/03/04, portanto, dentro do prazo regulamentar.

Nessa situação, com base na informação fiscal prestada, entendo que o cancelamento da inscrição cadastral do autuado foi indevido, não podendo o contribuinte ser prejudicado por uma falha da administração.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269278.0503/04-0**, lavrado contra **CFA COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA (ME)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de agosto de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA - RELATOR

ANTÔNIO CÉSAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR